



**33.3.0030654-4**

## Sociedade anônima

Normal

**00-2021/071227-9**

18/03/2021 15:06:48

## JUCERJA

**Último arquivamento:**

00003941163 - 28/09/2020

**NIRE: 33.3.0030654-4**

SEPASA SERVICOS E PARTICIPACOES S A

**Boleto(s):** 103624014

**Hash:** 9895E7B3-BEF0-4731-BF30-1B00B699547E

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DREI	0,00	0,00

## REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

# SEPASA SERVICOS E PARTICIPACOES S A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Requerente

<b>Nome:</b>	Tiago Felipe Costa de Macedo
<b>Assinatura:</b>	ASSINADO DIGITALMENTE
<b>Telefone de contato:</b>	21964354049
<b>E-mail:</b>	tiago@tiagofcmacedo.com.br
<b>Tipo de documento:</b>	Digital
<b>Data de criação:</b>	18/03/2021
<b>Data da 1ª entrada:</b>	



00-2021/071227-9

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEPASA SERVICOS E PARTICIPACOES S A

NIRE: 333.0030654-4 Protocolo: 00-2021/071227-9 Data do protocolo: 18/03/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/03/2021 SOB O NÚMERO 00004036165 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: CAD25939BF67E93F2B95E86701900F8ACD9F880290F818318B8A0BF7BA8C5152

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/21

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

**NIRE: 33.3.0030654-4**

**CNPJ/MF: 17.643.830/0001-30**

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021.**

**DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 04 de janeiro de 2021, às 10 horas, na sede social da SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), situada na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Inhaúma nº 83, sala 1701, CEP: 20.091-007.

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença de acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia.

**COMPOSIÇÃO DA MEDA:** Presidente: Carmelo De Luca Neto; Secretária: Renata Ferreira Paim.

**ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a reforma do Estatuto Social em sua integralidade e (ii) eleição do Diretor Administrativo e do Diretor Executivo Corporativo.

**DELIBERAÇÕES:** Após discutidas as matérias constantes na Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberam pela aprovação, por unanimidade de votos e sem restrições, as seguintes deliberações:

- (I) Restou aprovada da reforma do Estatuto Social da Companhia em sua integralidade, que passa a vigor com a redação constante no Anexo I à presente Ata.
- (II) Foi eleito para o cargo de Diretor Executivo Administrativo o Sr. José Mantuano De Luca Filho e para o Cargo de Diretor Executivo Corporativo o Sr. Antonio Mantuano De Luca.

a) **Diretor Administrativo: José Mantuano De Luca Filho**, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 051726396, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 017.980.797-80, residente e domiciliado na Rua Almirante Guilhem nº 218 – apto. 401, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.440-000, com as atribuições de responsável pelas áreas Administrativa e Financeira, relação com investidores e acionistas, relação com a Receita Federal do Brasil, Secretarias Estaduais de Fazenda em qualquer Estado da Federação, Secretarias Municipais de Fazenda de qualquer Município da Federação, Sistema Financeiro Nacional, Concessionárias de Serviços Públicos e demais relações necessários ao desenvolvimento dos negócios da companhia com poderes para assinar isoladamente ou em conjunto com outros Diretores, sem prejuízo dos poderes previstos no Estatuto Social relacionados à Diretoria

b) **Diretor Executivo Corporativo: Antonio Mantuano De Luca**, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 130172612, expedida pelo DIC-DETRAN/RJ e CPF sob o nº 298.348.057-72, residente e domiciliado na Av. Prefeito



**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

**NIRE: 33.3.0030654-4**

**CNPJ/MF: 17.643.830/0001-30**

Dulcídio Cardoso, nº 2915 – Bloco 01 – Apto 701, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.630-021, com atribuições de responsável pelas áreas de estudo, planejamento e realização dos projetos e negócios da companhia, com poderes para assinar isoladamente ou em conjunto com outros Diretores, sem prejuízo dos poderes previstos no Estatuto Social relacionados à Diretoria.


**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou se a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas com a lavratura da presente ata, que após lida e achada conforme, foi assinada pelo secretário e pelos acionistas presentes. Rio de Janeiro, RJ 04 de janeiro de 2021. Presidente: Carmelo De Luca Neto, Secretária de Mesa: Renata Ferreira Paim. DL4 PARTICIPAÇÕES S.A.


Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro de Atas de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da SEPASA Serviços e Participações S.A.

Rio de Janeiro (RJ), 04 de janeiro de 2021.

Mesa:

  
\_\_\_\_\_  
**Carmelo De Luca Neto**  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
**Renata Ferreira Paim**  
Secretária

22   
\_\_\_\_\_  
**José Mantuano De Luca Filho**  
(Diretor Administrativo)

10Ni   
\_\_\_\_\_  
**Antonio Mantuano De Luca**  
(Diretor Executivo Corporativo)

Acionista:

  
\_\_\_\_\_  
**DL4 PARTICIPAÇÕES S.A.**

**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

**ESTATUTO SOCIAL DA SUBSIDIÁRIA INTEGRAL**

**SEPASA SERVIÇO E PARTICIPAÇÕES S.A.  
NIRE: 33.3.0030654-4  
CNPJ/MF: 17.643.830/0001-30**

**CAPÍTULO I  
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º:** A **SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da DL4 PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Inhaúma nº 83, sala 1701, CEP: 20.091-007– Centro da Cidade, inscrita no CNPJ sob o n. 17.643.830/0001-30, NIRE n. 33.3.0030654-4 ("Acionista Controladora"), e reger-se-á pelo presente Estatuto Social, pelas Leis das Sociedades Anônimas (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976), pelo Acordo de Acionistas e pelas demais disposições legais aplicáveis.

**Artigo 2º:** A Companhia tem foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Inhaúma, nº 83, sala 1701, CEP 20091-007, podendo abrir, manter, transferir e extinguir sucursais, filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, dentro ou fora do território nacional, observado o disposto neste Estatuto Social, mediante resolução da Diretoria.

**Artigo 3º:** A Companhia tem por objetivo a participação em outras Sociedades como sócia quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios ou de terceiros.

**Artigo 4º:** A Companhia tem duração por prazo indeterminado.

**CAPÍTULO II  
DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º:** O capital social da Companhia é de R\$ 12.051.000,00 (doze milhões cinquenta e um mil reais), totalmente subscrito e integralizado na forma da lei, dividido em 12.051.000 (doze milhões cinquenta e uma mil) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal. Cada ação tem o valor de R\$ 1,00 (um real).

**Parágrafo Único:** As ações representativas do capital social da Companhia pertencem integralmente à DL4 PARTICIPAÇÕES S.A.

**Artigo 6º:** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia.

**Parágrafo Único:** O acionista não pode constituir penhora gravar

**Artigo 7º:** Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.



**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

**Artigo 8º:** A DL4 PARTICIPAÇÕES S.A., na qualidade de acionista única da Companhia, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social e adotar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento.

**Artigo 9º:** A Companhia poderá adquirir as suas próprias ações mediante aplicação de lucros acumulados ou capital excedente ou por doação, para permanência em tesouraria ou posterior alienação ou cancelamento.

**Parágrafo Único:** As ações em tesouraria na Companhia não terão direito a voto nem a dividendos.

**Artigo 10º:** A Companhia poderá emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes de escritura, do certificado, sendo que as emissões serão deliberadas pela Assembleia Geral Extraordinária, observado o que dispõe o artigo 59 da Lei 6.404/76.

**CAPÍTULO III  
DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 11º:** A Assembleia Geral dos acionistas, convocada e instalada na forma da lei e deste Estatuto, é o órgão máximo de deliberação da Companhia, tendo poderes para decidir todos os negócios da Companhia e deliberar sobre as matérias que por força de lei ou deste Estatuto sejam de sua competência, e ainda, quando assim exigirem os interesses sociais.

**Artigo 12º:** As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade.

**Artigo 13º:** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo seu substituto, ou, pelo Diretor Administrativo ou, na ausência destes, por quem for escolhido pela maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da Assembleia cabe a escolha do Secretário.

**Parágrafo Único:** A Assembleia Geral será convocada na seguinte ordem: a) pelo Presidente e/ou Vice Presidente do Conselho de Administração; b) por um dos demais membros do Conselho de Administração, nos casos de ausência ou impedimento do Presidente; c) pelo Conselho Fiscal, nos casos previstos no inciso V do Artigo 163 da Lei 6.404/76; d) por qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 (sessenta) dias, a convocação, nos casos previstos em lei ou neste Estatuto.

**Artigo 14º:** A Convocação para a Assembleia Geral será publicada com 8 (oito) dias de antecedência, de acordo com o Artigo 124, §1º, inciso I, da Lei n. 6.404/76 e, também, por meio de carta com aviso de recebimento, dirigida aos acionistas, com a especificação da matéria constante da ordem do dia, horário e local da reunião.

**Parágrafo Primeiro:** Fica dispensada a publicação de convocação, quando todos os acionistas comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data e ordem do dia para a realização da reunião.

**Parágrafo Segundo:** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será instalada em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo 2/3 (dois

**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

terços) do capital social com direito a voto; e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Terceiro:** Compete à Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre as seguintes matérias, além das competências já previstas na Lei das Sociedades Anônimas: i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; iii) eleger os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; iv) aprovar a correção monetária do capital social, quando assim dispuser a legislação pertinente; v) estipular o valor de reembolso do valor das ações do(s) acionista(s) dissidentes.

**Parágrafo Quarto:** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

**Parágrafo Quinto:** Compete privativamente à Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre as seguintes matérias, além das competências já previstas na Lei das Sociedades Anônimas: i) eleger os membros da Diretoria da Companhia; ii) reformar o Estatuto Social da Companhia; iii) deliberar sobre a retirada de acionista da Companhia e a forma de reembolso de suas ações; iv) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas e; iv) deliberar sobre a participação da Companhia em grupo de sociedades.

**Parágrafo Sexto:** Havendo empate na votação dos acionistas de aprovação das matérias relacionadas no presente Capítulo, o critério de desempate será o previsto no Parágrafo 2º do Artigo 129 da Lei nº 6.404/76.

**CAPÍTULO IV  
DA ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 15º:** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por Diretorias Executivas a serem construídas na Companhia e Controladas, que serão compostos e funcionarão em conformidade com a legislação aplicável, com o Estatuto Social da Companhia e as disposições do Acordo de Acionistas.

**Artigo 16º:** Os membros do Conselho de Administração poderão fazer jus à remuneração fixa (pró labore mensal), a ser definida pela Assembleia Geral, com votação pela maioria do capital. Se, eventualmente, o Conselheiro também estiver na condição de Acionista da Companhia, poderá substituir este pagamento, total ou parcialmente, a título de "Distribuição de Dividendos".

**Artigo 17º:** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos, com plenos poderes até eleição e posse de seus substitutos, salvo em caso de renúncia ou destituição.

**Artigo 18º:** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus cargos, independentemente de caução, mediante a assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, e exercerão validamente os mandatos por até 3 (três) anos, ou até a posse de seus substitutos.



CAPÍTULO V  
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 19º:** O Conselho de Administração, caso os acionistas venham a deliberar pela sua instauração, será composto por 5 (cinco) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro:** Respeitados os direitos de voto em separado para cada classe de ações, a Assembleia Geral elegerá os Conselheiros, e estes, já empossados, elegerão, por maioria simples, o Conselheiro indicado, bem como os Conselheiros que serão designados como Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, cabendo a estes a responsabilidade pela condução das atividades do Conselho. Os demais conselheiros não terão designação específica.

**Parágrafo Segundo:** Nas ausências e impedimentos do Presidente do Conselho de Administração, a presidência será assumida pelo Vice Presidente ou, na ausência deste, pelo Membro designado previamente pelo Presidente ou, na falta de designação prévia, por maioria absoluta dos acionistas.

**Parágrafo Terceiro:** Nos impedimentos ou ausências temporárias, cada um dos Conselheiros poderá se fazer representar na reunião do Conselho de Administração por outro Conselheiro, com o direito ao seu próprio voto e ao voto do substituído, desde que este tenha dado instruções expressas e por escrito para tanto, ou, poderá votar por carta, e-mail ou telegrama, endereçado a qualquer dos Conselheiros, devendo constar expressa e claramente as matérias a serem votadas, sendo a delegação exclusiva do conselheiro delegante. A participação do representante deverá ser aprovada por  $\frac{3}{4}$  do capital social.

**Parágrafo Quarto:** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas pelo menos uma vez por mês, conforme cronograma aprovado na primeira reunião anual, e sempre que os interesses da Companhia o exigirem, devendo ser convocadas pelo Presidente do Conselho por meio de aviso por escrito contendo a ordem do dia, enviado a cada Conselheiro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data da reunião.

**Parágrafo Quinto:** Independente das formalidades previstas no parágrafo anterior, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

**Parágrafo Sexto:** Para que se instale validamente, a reunião do Conselho de Administração deverá contar com a presença da maioria dos membros do Conselho, sendo que em qualquer hipótese a reunião do Conselho somente será instalada com a presença do Presidente do Conselho de Administração, do Vice-Presidente do Conselho, ou do Conselheiro que o estiver substituindo.

**Parágrafo Sétimo:** As decisões do Conselho de Administração serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros presentes, cabendo ao Conselheiro-indicado o direito de voto decisivo, única e exclusivamente no caso de empate, como voto de minerva. Ao Presidente é facultado o direito de tomar decisões "ad-referendum", que serão submetidas ao Conselho de Administração na primeira reunião subsequente.



4





**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

**Parágrafo Oitavo:** As deliberações do Conselho de Administração devem ser registradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, conforme o caso, comunicadas à Assembleia Geral ou à Diretoria.

**Parágrafo Nono:** Nos casos de vacância de cargo caberá ao Acionista que tiver indicado tal Conselheiro a indicação do respectivo substituto, devendo este ser aprovado por  $\frac{3}{4}$  do capital social.

**Artigo 20º:** Além das atribuições e responsabilidades conferidas pelo Regimento Interno do Conselho, por este Estatuto ou pela lei, compete ao Conselho de Administração, não só em relação à Companhia, mas também em relação aos assuntos que envolverem as sociedades controladas, coligadas e interligadas, naquilo que lhes for aplicável:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) avaliar o desempenho do Diretor Presidente e apreciar as avaliações de desempenho dos demais membros da Diretoria;
- c) estruturar um plano de sucessão com relação ao Diretor e avaliar e supervisionar os planos de sucessão de membros da Diretoria propostos pela Diretoria Colegiada;
- d) atribuir a cada Diretor suas respectivas funções, observado o disposto no Estatuto Social;
- e) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- f) Convocar as Assembleias Gerais quando julgar conveniente ou necessário;
- g) Manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, e deliberar sobre a sua submissão à Assembleia Geral;
- h) Apresentar à Assembleia Geral propostas de destinação dos lucros sociais e de alterações estatutárias;
- i) Deliberar sobre as propostas a serem apresentadas à Assembleia Geral sobre alteração deste Estatuto, inclusive modificação do capital social, assim como sobre operações que envolvam a Companhia em procedimentos de incorporação, cisão, fusão e transformação, emissão de debêntures, partes beneficiárias, bônus de subscrição, conversíveis ou não em ações;
- j) Examinar, discutir e deliberar sobre o plano estratégico da Companhia, os respectivos planos anuais de investimentos e orçamentos de capital, operacionais e financeiros, assim como sobre as propostas apresentadas pela Diretoria relativas a: direção estratégica da Companhia, constituição de empresas controladas, coligadas e interligadas, aquisição, oneração e alienação de participação em outras empresas e arrendamento dos bens da Companhia;

**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

- k) Autorizar a aquisição, alienação e/ou oneração a qualquer título de bens do ativo permanente;
- l) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- m) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou permuta de ações em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei;
- n) Autorizar a contratação de empréstimos e/ou financiamentos e a prestação de aval, fianças e outras garantias em favor de empresas controladas, coligadas e interligadas;
- o) Autorizar a cessão, transferência ou aquisição de licença de quaisquer direitos referentes a marcas, patentes, processos de produção industrial e tecnologia;
- p) Distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a remuneração global fixada na Assembleia Geral;
- q) Autorizar a realização de investimentos e participações da Companhia, suas controladas, coligadas e interligadas em outras empresas e empreendimentos;
- r) Escolher e destituir os Auditores Independentes da Companhia, se julgar conveniente a sua contratação pela sociedade, bem como convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- s) Aprovar planos de expansão e diversificação de atividades;
- t) Definir reservas de fundo estratégico;
- u) Indicar os administradores assim como definir a política administrativa, econômica e financeira das sociedades controladas, coligadas e interligadas;
- v) Manifestar-se previamente sobre as matérias a serem deliberadas pelas Assembleias Gerais/Reuniões de Quotistas das Sociedades controladas, colidas e interligadas, cuja deliberação será considerada como o voto a ser prolatado pela Companhia perante as Assembleias Gerais daquelas Sociedades;
- w) Aprovar, até o limite autorizado, aumento do capital social, estabelecendo o tipo, forma, espécie e preço de emissão de ações e participações societárias, e demais condições, observando o disposto neste Estatuto Social;
- x) Resolver os casos não previstos neste Estatuto e que por lei não sejam de competência da Assembleia Geral nem do Conselho Fiscal, quando em funcionamento.



**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

**Parágrafo Primeiro:** Compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração: a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e tomar conhecimento das operações sociais; b) Formalizar a convocação das Assembleias Gerais; c) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; d) Comunicar e orientar a Diretoria sobre as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo:** Fica estabelecido que, enquanto não houver composição do Conselho de Administração, as atribuições e responsabilidades conferidas neste Capítulo, competirá aos acionistas.

**CAPÍTULO VI  
DA DIRETORIA**

**Artigo 21º:** A Companhia será gerida por uma Diretoria composta por 02 (dois) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelos acionistas ou pelo Conselho de Administração, com mandado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos e a qualquer tempo destituídos, exercendo validamente os respectivos mandatos a posse de seus substitutos.

**Parágrafo Primeiro:** A Diretoria Executiva/Presidência da Companhia e Controladas, serão nomeados pela Assembleia Geral com a respectiva descrição de suas funções, atribuições e atividades que vierem a ser fixadas pela ata de eleição, além das previstas neste Estatuto.

**Parágrafo Segundo:** Em caso de vacância de cargo da Diretoria, caberá ao Conselho de Administração ou aos acionistas escolher o substituto que completará o mandato do substituído, podendo não haver a substituição, a critério do referido Conselho ou acionistas, desde que respeitado o número mínimo legal de Diretores.




**Parágrafo Terceiro:** Nas ausências ou impedimentos temporários do Diretor Administrativo, o Conselho de Administração ou os acionistas determinarão quem será o seu substituto em reunião a se realizar no prazo de 30 (trinta) dias depois da ocorrência da vaga, devendo ser aprovado por  $\frac{3}{4}$  do capital social.

**Parágrafo Quarto:** O Diretor que for designado nos termos deste artigo, exercerá as suas funções pelo prazo restante do mandato do Diretor que for substituído.

**Parágrafo Quinto:** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, o Diretor Administrativo ou outro Diretor indicado pelo Diretor Administrativo, acumulará as funções do Diretor ausente ou impedido.

**Parágrafo Sexto:** A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem, devendo as reuniões ser convocadas pelo Diretor Administrativo por meio de aviso por escrito contendo a ordem do dia, enviado a cada Diretor com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data da reunião.

**Parágrafo Sétimo:** O quórum de instalação das reuniões será o da maioria absoluta, sendo certo que dentre os Diretores presentes necessariamente deverá estar o Diretor Administrativo ou seu substituto, devendo as deliberações da Diretoria ser tomadas por maioria de votos dos Diretores

  7 

**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

e serem devidamente registrados no Livro de Atas das reuniões da Diretoria, cabendo ao Diretor Administrativo o voto de desempate.

**Artigo 22º:** A Diretoria terá os poderes e as atribuições que lhe forem designadas pela lei, por este Estatuto, pelo Conselho de Administração ou pelos acionistas, observadas as decisões deste Órgão e da Assembleia Geral, de forma a assegurar o bom andamento dos negócios sociais e decidir e praticar todos os atos necessários à realização dos objetivos da Companhia, desde que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração e também não necessitem de sua prévia aprovação, na forma deste Estatuto. Sempre que algumas das matérias de competência do Conselho de Administração estiverem em discussão, a Diretoria deverá reunir-se a fim de deliberar a respeito, assim como prestar ao Conselho de Administração ou aos acionistas as informações necessárias à sua prévia aprovação.

**Parágrafo Único:** Compete à Diretoria, nas condições previstas neste Estatuto:

- (a) Zelar pela observância da lei e deste estatuto social;
- (b) Zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;
- (c) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais;
- (d) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários;
- (e) Apresentar, para aprovação dos acionistas ou do Conselho de Administração, os orçamentos e projetos semestrais, anuais ou plurianuais de investimentos para a aquisição ou alienação de participações societárias detidas pela companhia, bem como demais estratégias, planos e políticas da companhia;
- (f) Elaborar, para apresentação aos acionistas ou Conselho de Administração, o orçamento geral da companhia;
- (g) Executar os projetos de investimentos da companhia, de acordo com as diretrizes aprovadas pelos acionistas ou Conselho de Administração;
- (h) Elaborar o Relatório Anual e Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação de lucro líquido do exercício e de distribuição de dividendos e bonificações, bem como a de constituição de fundos especiais a fim de serem submetidos à Assembleia Geral;
- (i) Representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante bancos, companhias de crédito, financiamento e investimento, repartições, autarquias, entidades particulares, paraestatais ou de economia mista e qualquer órgão federal, estadual ou municipal;
- (j) Nomear e destituir os procuradores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;
- (k) Elaborar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia;
- (l) Emitir e assinar títulos de crédito, cheques e ordens de pagamento;
- (m) Apresentar proposta ao Conselho de Administração ou aos acionistas sobre o plano estratégico da Companhia, os respectivos planos anuais de investimentos e orçamentos de capital, operacionais e financeiros, assim como sobre as propostas apresentadas pela Diretoria relativas a: i) direção estratégica da Companhia; ii) constituição de empresas controladas, coligadas e interligadas; iii) aquisição, oneração e alienação de participação em outras empresas e arrendamentos dos bens da Companhia; e
- (n) Deliberar sobre a instalação, manutenção, extinção e alteração de filiais, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos necessários ao desempenho das atividades sociais, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, ato que deverá ser lavrado em ata própria da Diretoria.



**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

**Artigo 23º:** Compete ao Diretor Administrativo, na condição de principal orientador e condutor das atividades da Companhia: a) supervisionar de forma geral e efetiva os negócios e atividades sociais; b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria e, quando as deliberações resultarem empatadas, seu voto será o fator de desempate; c) representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, ou designar quem a represente; d) executar e fazer executar as deliberações do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais; e) comparecer, ou indicar Diretor que comparecerá às Assembleias Gerais das sociedades controladas, coligadas e interligadas proferindo o voto de acordo com a orientação dos acionistas ou do Conselho de Administração.

**Artigo 24º:** Compete aos demais Diretores desempenhar as funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração, pelos acionistas e pelo Diretor Administrativo.

**Artigo 25º:** Qualquer Diretor, em conjunto ou isoladamente, poderá: i) constituir procuradores em nome da Companhia com poderes específicos e com mandato de vigência determinada, salvo para advogados, que poderá ser por prazo indeterminado; ii) contrair empréstimos e financiamentos até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); iii) proceder a alienação de qualquer bem móvel ou imóvel da Companhia; (iv) gravar ou dar em garantia sobreditos bens; v) assinar contratos; vi) abrir e movimentar contas bancárias, assinar cheques, notas promissórias e outros títulos de crédito de interesse social, desde que tais atos se compreendam dentro de âmbito normal dos negócios sociais, e observados os limites constantes no parágrafo quarto deste artigo.

**Parágrafo Primeiro:** Os Diretores serão investidos em seus cargos por termo lavrado no Livro de Atas da Diretoria e permanecerão no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus sucessores.

**Parágrafo Segundo** No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, suas atribuições serão exercidas pelo outro Diretor. No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou impedimento de qualquer um dos diretores, a Assembleia Geral poderá eleger um novo Diretor para completar o mandato do substituído.

**Parágrafo Terceiro:** Caberá ao Diretor Administrativo a representação da Companhia, judicial e extrajudicialmente, assim ativa e passivamente, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros.

**Parágrafo Quarto:** A aquisição ou alienação, por qualquer forma, ou oneração de participações societárias, bens do ativos da Companhia, ou a tomada ou concessão de empréstimos ou financiamentos, outorga de garantias de qualquer natureza, ou a aprovação de qualquer ato que implique em endividamento para a Companhia, quando o valor de qualquer dessas operações ou contratações, isolada ou cumulativamente, exceder o valor de 0,2% (dois décimos) do Patrimônio Líquido, além de outras matérias previstas neste Estatuto Social, deverão ser obrigatoriamente aprovados por  $\frac{3}{4}$  (três quartos) da Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria.

**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

**Parágrafo Quinto:**

Ficam vedadas para qualquer Diretor, em qualquer caso, transações envolvendo imóveis, as quais deverão passar por aprovação prévia da Assembleia Geral. É expressamente vedada a alienação de ativos sem o consentimento de  $\frac{3}{4}$  (três quartos da Assembleia Geral).

**Parágrafo Sexto:** Aos Diretores e eventuais procuradores é expressamente vedado o uso do nome e/ou da assinatura da Companhia em atos estranhos aos interesses sociais e de modo especial na concessão de avais, fianças ou endossos em favor de terceiros, estranhos à Companhia ou aos negócios sociais.

**Parágrafo Sétimo:** As decisões de negócios poderão ser aprovadas pela Diretoria das Empresas Controladas, incluindo, de forma não exaustiva, as seguintes condições: (i) formulação de propostas, (ii) apresentação de cotações, (iii) participações em licitações, (iv) desenvolvimento de orçamentos, (v) planos de projetos, etc.

**Artigo 26º:** Cada Diretor responde, individualmente, perante a Companhia, pelos atos que praticar, contrários aos interesses sociais, e solidariamente com outro Diretor ou com os demais, quando o fizerem em razão de deliberação coletiva, ressalvando-se as circunstâncias legalmente previstas.

**CAPÍTULO VII  
DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 27º:** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros, no mínimo, e 5 (cinco), no máximo, efetivos e, em igual número, respectivos suplentes, residentes no país e qualificados sob as exigências legais. Quando das eleições, a especificação de suplência relativamente ao efetivo deverá ficar consignada.

**Artigo 28º:** Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições que lhes são conferidas por lei, aplicando-se quanto à posse, o que estabelece o Artigo 149 da Lei 6.404/76.

**Artigo 29º:** O Conselho Fiscal somente funcionará quando a Assembleia Geral assim decidir. Neste caso, elegerá todos os seus membros efetivos e suplentes, cujo mandato expirar-se-á na data da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar, e fixará os honorários mensais devidos a cada membro efetivo quando no exercício de suas funções.

**Parágrafo Único:** Quando o membro efetivo estiver afastado de suas funções, os respectivos honorários serão atribuídos ao suplente que o estiver substituindo.

**CAPÍTULO VIII  
DO EXERCÍCIO SOCIAL E APURAÇÃO E DESTINAÇÃO DOS LUCROS**

**Artigo 30º:** O exercício social se inicia em primeiro de janeiro e se encerra em trinta e um de dezembro, findo o qual deverão ser levantadas as Demonstrações Financeiras exigidas pela legislação, compreendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações Patrimoniais e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

  10 



**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

**Parágrafo Primeiro:** Do resultado do exercício, apurado na forma da legislação em vigor, serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para os tributos sobre a renda.

**Parágrafo Segundo:** O saldo, depois de deduzidas as participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que será objeto de proposta de destinação à Assembleia Geral, observadas as seguintes disposições: a) importância equivalente a 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; b) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade; c) constituição de reserva de lucros a realizar, na forma prevista pela legislação; d) parcela para pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo, 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei; e) retenção do lucro, quando devidamente justificado pelos administradores, para financiar plano de investimento, previsto em orçamento de capital; e f) salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, destinação de eventual saldo à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

**Parágrafo Terceiro:** Companhia poderá deixar de constituir Reserva Legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das Reservas de Capital de que trata o parágrafo primeiro, do Artigo 182, da Lei n.º 6.404/76, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

**Parágrafo Quarto:** Poderão ser levantados balanços semestrais ou de outra periodicidade, a critério dos acionistas ou do Conselho de Administração. A Diretoria, devidamente autorizada pelos acionistas ou pelo Conselho de Administração, poderá, a título de antecipação, declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observando o disposto na legislação em vigor.

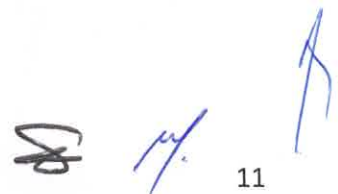
**Artigo 31º:** Os acionistas terão direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela correspondente a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

**Parágrafo Primeiro:** A critério dos acionistas ou do Conselho de Administração, por proposta da Diretoria e “ad referendum” da Assembleia Geral, poderão ser pagos ou creditados juros a título de remuneração do capital próprio, nos termos do art. 9º da Lei n.º 9.249/95, podendo o valor tais juros ser imputado ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do Parágrafo Sétimo do citado texto legal.

**Parágrafo Segundo:** O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral em relatório circunstanciado, ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre o assunto.

**Parágrafo Terceiro:** Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do Parágrafo anterior serão levados à conta de reserva especial e se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

**Parágrafo Quarto:** O pagamento de dividendos será efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que foram declarados.

  
11

**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**

**CAPÍTULO IX  
DA TRANSFORMAÇÃO**

**Artigo 32º:** A Companhia poderá, independentemente de dissolução ou liquidação, transformar-se em sociedade de outro tipo que não sociedade anônima mediante aprovação da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto, assegurado o direito de retirada aos acionistas dissidentes.

**CAPÍTULO X  
DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA,  
RETIRADA DE ACIONISTAS E APURAÇÃO DOS HAVERES**

**Artigo 33º:** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação de acionistas representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) do capital social. Na hipótese de dissolução ou liquidação da Companhia, será liquidante o sócio escolhido por acionistas detentores de 2/3 (dois terços) do capital social, o qual deverá representar a Companhia em todos os atos necessários à liquidação, bem como cumprir todas as obrigações previstas na legislação em vigor. Os haveres da Companhia serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, rateado entre os acionistas em proporção à sua participação no capital social.

**CAPÍTULO XI  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo 34º:** Os livros de Atas de Assembleias Gerais, de Reunião do Conselho de Administração, de Reunião de Diretoria, de Reunião do Conselho Fiscal e de Presença de Acionistas, poderão ser lavrados por sistema eletrônico.




**Artigo 35º:** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela legislação em vigor.

**Artigo 36º -** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio do procedimento de Mediação, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto Social, perante o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem - CBMA, vinculado a FIRJAN e ACRJ, situado atualmente à Rua Candelária, nº 9, Gr. 803 — Centro, Rio de Janeiro, RJ, 20091-904, nos termos do seu Regulamento. .

**Parágrafo Primeiro:** Não exitosa a Mediação, o conflito será solucionado por arbitragem, nos termos do Regulamento de Mediação do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, vinculado à FIRJAN e à ACRJ, e em conjunto com a legislação processual e material brasileira, especialmente a Lei nº 9.307/1996.

**Parágrafo Segundo:** Na hipótese do parágrafo anterior, arbitragem será processada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por 1 (um) árbitro, o qual será escolhido de comum acordo pelas Partes do litígio, e em português.

**Artigo 37º:** O acionista que não realizar a prestação correspondente às ações subscritas, nas condições previstas no boletim de subscrição, ou, se este for omissos, na chamada da Diretoria, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por

  12 

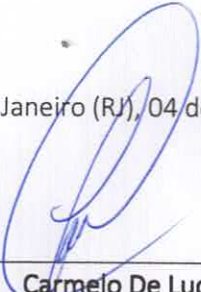



**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021**


cento) ao mês, além de correção monetária, sempre juízo da utilização pela companhia dos meios assegurados em lei para satisfação de seu crédito.

**Artigo 38º:** O valor de reembolso das ações, nos casos em que é assegurado em lei e por este estatuto, será igual ao valor do patrimônio líquido das ações apurado com base em balanço levantado na forma prevista em lei.

Rio de Janeiro (RJ), 04 de janeiro de 2021.


  
\_\_\_\_\_  
**Carmelo De Luca Neto**  
(Presidente da Mesa)

  
\_\_\_\_\_  
**Renata Ferreira Paim**  
(Secretária da Mesa)

22   
\_\_\_\_\_  
**José Mantuano De Luca Filho**  
(Diretor Administrativo)

  
\_\_\_\_\_  
**Antonio Mantuano De Luca**  
(Diretor Executivo Corporativo)

Acionista Controladora:

  
\_\_\_\_\_  
**DL4 PARTICIPAÇÕES S/A.**  
Carmelo De Luca Neto

ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA SEPASA  
SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2021

ANEXO I – ESTATUTO SOCIAL

SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ nº 17.643.830/001-30

DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES ENTRE OS ACIONISTAS

Acionistas	Nº de Ações Ordinárias	%
DL4 Participações S/A.	24.102.000	100,00%
<b>Total</b>	<b>24.102.000</b>	<b>100,00%</b>

1. **Forma e prazo de integralização:** Em moeda corrente, já totalmente integralizados.






SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.  
NIRE: 33.3.0030654-4

TERMO DE POSSE DO DIRETOR EXECUTIVO CORPORATIVO

Neste ato, **Antonio Mantuano De Luca**, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 130172612, expedida pelo DIC-DETRAN/RJ e CPF sob o nº 298.348.057-72, residente e domiciliado na Av. Prefeito Dulcídio Cardoso, nº 2915 – Bloco 01 – Apto 701, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.630-021, declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a diretoria da SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, e assim, por força do presente Termo de Posse, foi investido e toma posse no cargo de Diretor Administrativo, para o qual foi devidamente eleito na Assembleia Geral, realizada nesta data, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pela lei e pelo Estatuto Social da Companhia, a contar da data de hoje.

Rio de Janeiro (RJ), 04 de janeiro de 2021.


  
Antonio Mantuano De Luca  
Diretor Executivo Corporativo

SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.  
NIRE: 33.3.0030654-4

**TERMO DE POSSE DO DIRETOR ADMINISTRATIVO**

Neste ato, **José Mantuano De Luca Filho**, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 051726396, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 017.980.797-80, residente e domiciliado na Rua Almirante Guilhem nº 218 – apto. 401, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.440-000, declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a diretoria da SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, e assim, por força do presente Termo de Posse, foi investido e toma posse no cargo de Diretor Administrativo, para o qual foi devidamente eleito na Assembleia Geral, realizada nesta data, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pela lei e pelo Estatuto Social da Companhia, a contar da data de hoje.


Rio de Janeiro (RJ), 04 de janeiro de 2021.

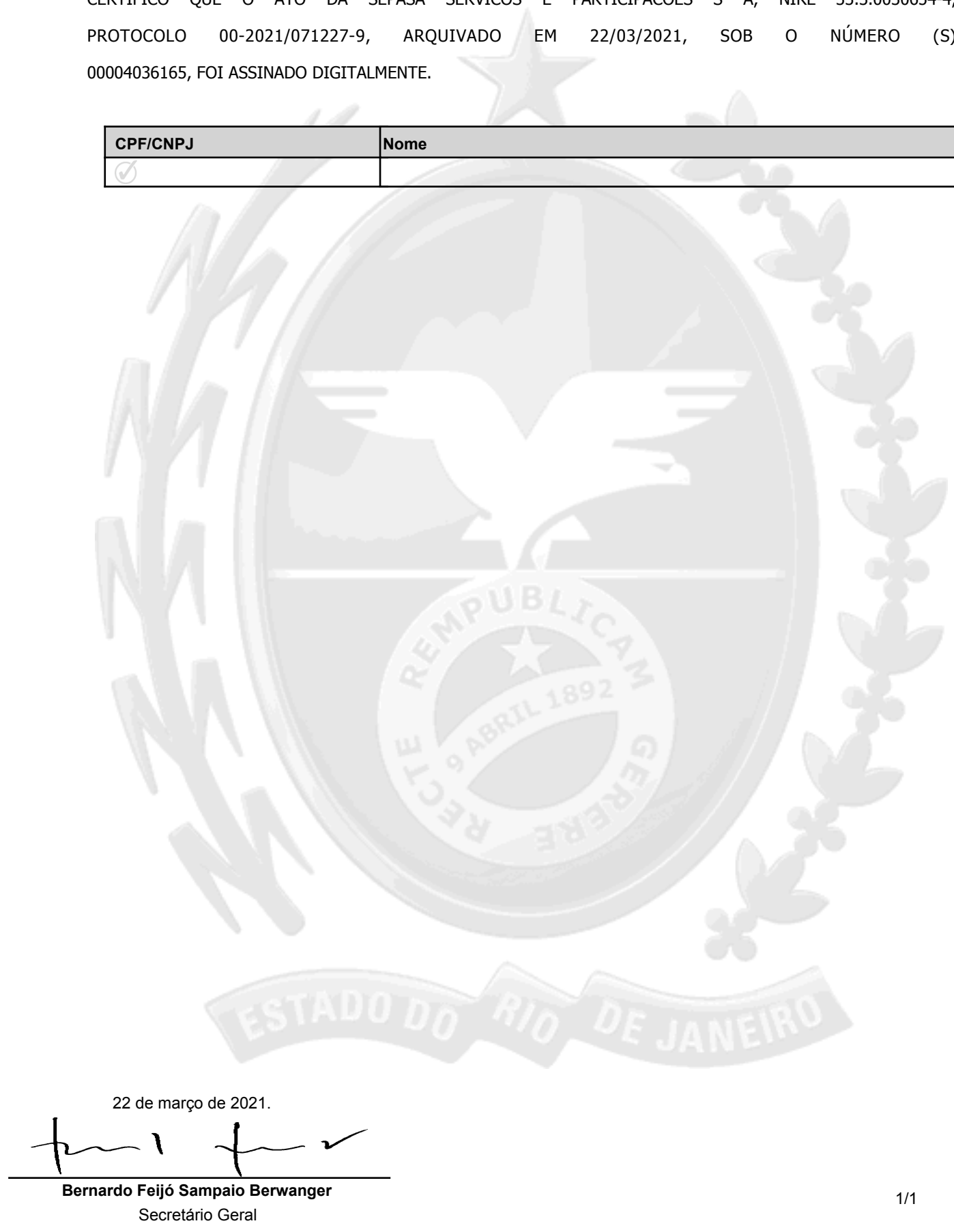
  
\_\_\_\_\_  
José Mantuano De Luca Filho  
Diretor Administrativo



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA SEPASA SERVICOS E PARTICIPACOES S A, NIRE 33.3.0030654-4, PROTOCOLO 00-2021/071227-9, ARQUIVADO EM 22/03/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004036165, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
	



22 de março de 2021.



**Bernardo Feijó Sampaio Berwanger**  
Secretário Geral